



ANÁLISE E RELATO DA OFICINA DE BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS DESTINADA ÀS MULHERES DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA ARAGÃO EM MIRAÍMA- CE¹

FORTE NETO, Francisco Tavares²
SOUZA, Melina da Silva³
VIEIRA, Mariana Gomes⁴

² Graduando em agronomia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, netofortee@gmail.com

³ Graduanda em agronomia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, melinasilvasouza@gmail.com

⁴ Graduanda em agronomia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, Ceará, viemariana@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é resultado do estágio de vivência realizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) *Agrárias Conexões de Saberes*, vinculado ao Programa Residência Agrária da Universidade Federal do Ceará, realizado no Assentamento Vida Nova Aragão, em Miraíma-Ceará. Em assentamentos rurais, como em muitos setores da sociedade, ainda é recorrente a inviabilização do trabalho feminino e sua contribuição na geração de renda para o local. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar e relatar uma oficina de beneficiamento de alimentos destinada a um grupo de mulheres assentadas e ministrada por discentes da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa de extensão foi benéfica para as assentadas, na medida em que puderam aprender novas receitas, melhorar as que já conheciam e possibilitar criação de uma cooperativa no ramo da confeitaria, além de gerar impactos econômicos, sociais e organizacionais ampliando e pondo em pauta a discussão de gênero e divisão sexual de trabalho no campo.

PALAVRAS-CHAVE: Economia feminista, Gênero, Assentamento Rural.

ABSTRACT: *The present work is a result of the experience stage carried out by the Agrarian Connections of Knowledge (PET) Agrarian Connections Program, linked to the Agrarian Residency Program of the Federal University of Ceará, at the Vida Nova Aragão settlement, located in Miraíma-Ceará. In rural settlements, as in many sectors of society, the recurrence of female labor and its contribution to income generation is still recurrent. Thus, the objective of the work is to report and analyze a food processing workshop taught by university students, aimed at a group of women settled. This extensionist action was beneficial to the settlers because they were able to learn new recipes and improve the ones they already knew. In addition to the possible creation of a cooperative in the confectionery industry, thus generating not only economic, but also social and organizational impacts, broadening and putting into question the discussion of gender and sexual division of labor in the field.*

KEY WORDS: *Feminist Economy, Gender, Rural Settlement.*

INTRODUÇÃO

Para Silva (2000), muitos problemas sociais do Brasil são oriundos da concentração fundiária que perdura desde a época da colonização, e o sistema de política agrária exportadora que é aplicado no país tem provocado nítidos danos sociais, econômicos e ambientais. Ainda para mesma autora, todo o processo de formação e desenvolvimento do Brasil foi e continua sendo ambíguo, pois privilégios e benefícios são mais destinados para alguns segmentos da sociedade do que para outros. Como, por exemplo, as decisões tomadas durante a colonização, quando a Coroa Portuguesa fazia a distribuição dos lotes de terra aos donatários – entre capitânicas e sesmarias –, favorecendo quem tinha influências políticas e maior poder aquisitivo, mostrando, assim, que a desigualdade social é um problema enraizado e se confunde com a história do Brasil.

Diante deste cenário, Fernandes (2000) relata que a insatisfação popular dos que eram menos favorecidos gerou diversos conflitos no campo, dando origem aos movimentos sociais que lutam pela

¹ Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes.



reforma agrária, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Assim, por meio da busca pelo direito à terra, surgem, na década de 1980, os assentamentos rurais, representando a possibilidade de produção e territorialização.

Nesse contexto, é importante destacar o papel das mulheres na busca pela melhor distribuição fundiária. A atuação destas, por vezes, é invisibilizada ou reduzida apenas para auxílio, tanto nas lutas quanto no cotidiano no meio rural. Ao analisar as lutas pela terra, pode ser feita uma problematização das questões de gênero nelas existentes, pois muitas vezes se estabeleceu uma divisão do trabalho, tendo como único critério o gênero do indivíduo em questão (MEDEIROS, 2008).

Carneiro (1994) salienta que, na década de 1980, a atuação das mulheres nos movimentos sociais do campo obteve um avanço fundamental para o fortalecimento da luta feminina. Nesse período, foram realizados os primeiros encontros voltados especificamente para tratar das demandas e discussões que permeiam o cotidiano das camponesas. A partir deste fato, houve uma mudança na participação das mulheres, nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que passaram a ter mais autonomia e protagonismo e a assumir postos de liderança após esta organicidade. Mesmo já estando presentes em manifestações anteriores, aos poucos, ajudam a desconstruir a visão errônea da sociedade de que as mulheres deveriam ficar somente em suas residências cuidando dos filhos e submetendo-se ao patriarcado.

É notório o quanto o papel da mulher é imprescindível em todos os setores da sociedade. Tomando a agricultura como base, pode-se destacar outros aspectos importantes, como o papel da mulher camponesa e sua busca por uma maior valorização e equidade. Para Silva (2009), existe um constante desprestígio do trabalho feminino, pois além das suas tarefas diárias como cuidados da casa e dos filhos, sua atuação na agricultura é entendida apenas como suporte ao marido, ficando sempre com o papel de coadjuvante no processo produtivo.

Neste sentido, mesmo ocorrendo um aumento gradativo na inserção feminina nos setores agrícolas, ainda é recorrente a desvalorização da contribuição das mesmas, como relata Carneiro (1994):

Dados sobre a participação feminina no mercado de trabalho agrícola para o início da década de 1980 apontavam uma mudança expressiva: entre 1970 e 1982 houve um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a masculina sofreu um crescimento negativo de 5,4%. Acrescente-se a esse dado o fato de que a participação da mulher na produção familiar não é vista como trabalho, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno. Tal crescimento da incorporação feminina à produção agrícola refere-se basicamente às formas assalariadas (em geral eventuais) na grande lavoura para exportação (de café, soja e laranja) ou de cana-de-açúcar (CARNEIRO, M. J, 1994, p. 15).

Costa e Nunes (2014) explicam que a mulher ao longo do tempo vem adquirindo diversas conquistas históricas, como o direito a frequentar a escola, a votar, a ter posse da terra, dentre outras vitórias que mostram o quanto é importante a discussão de gênero ao longo dos anos na sociedade, seja ela rural ou urbana. No meio rural por muitas vezes as mulheres não possuem autonomia para tomar as decisões, como, por exemplo, em opinar qual a melhor forma para destinar o capital oriundo de uma política pública



na qual foram beneficiadas. Desta forma, nota-se a necessidade de organicidade destas, para que possam atuar de modo efetivo em tais debates.

Para tal, muitos grupos de mulheres camponesas estão sendo formados em assentamentos e comunidades rurais com o intuito de dar início a discussões sobre as demandas socioeconômicas que estão presentes em seus cotidianos. Assim, o papel reducionista de apenas auxiliar o marido na agricultura ou em atividades produtivas começa a ser reconfigurando e passa a torná-las agentes essenciais na dinâmica produtiva e na geração de renda de suas localidades.

De acordo com Faria (2009), há um importante avanço na discussão de gênero, na divisão sexual do trabalho e na economia feminista:

A economia feminista questiona o paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres. Já a economia dominante não só desconsidera e invisibiliza a contribuição econômica das mulheres, como também oculta e desconhece as elaborações teóricas das feministas (FARIA, N. 2009, p.02).

Em meados dos anos 1990, ocorreu a consolidação da economia feminista como um campo de conhecimento. Tal economia é rica, possui diversas perspectivas, e tem se dedicado a estudar e refletir sobre diversos aspectos, tais como: a crítica conceitual e metodológica, o trabalho das mulheres (sendo ele o mercantil, doméstico, de cuidados, dentre outros), orçamentos com sustentabilidade de gênero, etc. Questionando, debatendo e desconstruindo os pensamentos de uma sociedade patriarcal que oculta as atividades desempenhadas por essas mulheres (FARIAS, 2009).

No entanto, em todo o território brasileiro é possível constatar o anseio por oportunidades, visibilidade e autonomia econômica para as mulheres. Para isso, elas estão se mobilizando e pautando tais debates na sociedade para que haja equidade de gênero em todos os âmbitos.

No estado do Ceará não aconteceu diferente, diversos grupos de mulheres começaram a se articular para planejar atividades que gerassem renda e as tornassem protagonistas do processo produtivo. A exemplo disso estão as mulheres do Assentamento Vida Nova Aragão, que assumiram uma postura de forte atuação e participação nas decisões, na dinâmica produtiva e na movimentação econômica do local.

O Assentamento Vida Nova Aragão, localiza-se no município de Miraíma, região noroeste do Ceará, com uma extensão de 1.243 hectares, conta atualmente com cerca de 46 famílias. Esse assentamento foi fundado em 1995 e no mesmo ano as famílias foram cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Diferente da conjuntura de reivindicações e conquistas de outros assentamentos do estado, o Vida Nova Aragão não passou por fortes conflitos com o antigo proprietário das terras – consideradas improdutivas –, houve um rápido acordo para a desapropriação e a distribuição das famílias que ali residem.

Com a legalização das terras, os assentados receberam um recurso destinado à construção das casas, por intermédio do Incra, além do acesso a algumas políticas públicas voltadas para o meio rural. A partir daí, iniciou-se a produção agrícola do assentamento, e os investimentos governamentais foram de fundamental relevância para a manutenção dos agricultores e agricultoras no campo, assim como a melhoria



de vida dessa população.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar uma oficina de beneficiamento de alimentos ministrada por discentes a Universidade Federal do Ceará destinada a um grupo de mulheres do assentamento Vida Nova Aragão.

METODOLOGIA

A oficina de beneficiamento de alimentos – bolos e iogurte – foi ministrada durante estágio de vivência do Programa de Educação Tutorial (PET) Agrárias Conexões de Saberes, vinculado ao Programa Residência Agrária da Universidade Federal do Ceará (UFC). A oficina aconteceu entre os dias 23 a 27 de julho de 2018 no Assentamento Vida Nova Aragão, em Miraíma, estado do Ceará. O momento foi de aprendizagem e troca de conhecimentos, contando com diferentes etapas e metodologias participativas.

A Oficina foi realizada em parceria com o Projeto de Extensão Gastronomia Social, criado em 2010. O projeto está vinculado à Universidade Federal do Ceará e vem operando desde então nas comunidades carentes de Fortaleza, porém, foi a primeira atuação dos graduandos do Programa Gastronomia Social no meio rural.

Assim sendo, a metodologia teve por base uma abordagem qualitativa, onde se analisou e relatou o desenvolvimento e os efeitos gerados pela oficina de beneficiamento de alimentos na organicidade e economia das mulheres e das famílias assentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina de beneficiamento de alimentos e a escolha do tema foram possíveis a partir da demanda percebida em consenso pelas próprias assentadas. Essas mulheres optaram especificamente pelo beneficiamento de bolos e iogurtes, já que participam do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) fornecendo alimentos.

Ao participarem de licitações de programas governamentais haverá geração de renda complementar às famílias. Porém, uma problemática que impulsionou a escolha da temática da oficina foi o fato de muitos produtos, como bolos e iogurtes não serem aceitos nessas licitações por não estarem padronizados e dentro das regulamentações requeridas pela prefeitura do município. Diante disso, a oficina seria um meio de ocorrer a padronização das receitas dos produtos ofertados ao PAA e ao PNAE.

Posteriormente, se deu a construção da oficina, uma parceria do Programa Residência Agrária com o Projeto de Extensão Gastronomia Social. Foi composta por momentos teóricos e práticos durante cinco dias.

Para melhor visualização de como ocorreu na oficina, pode-se tomar o quadro 01 e o cronograma como base:

Quadro 01: Cronograma da oficina de beneficiamento de alimentos (bolo e iogurte).

Dias	Data	Aula (Módulos)
-------------	-------------	-----------------------

1º	23/07/2018	Higiene e cuidados na manipulação dos alimentos; Segurança na cozinha (Teórica)
2º	24/07/2018	Padronização e custos; Cooperativismo. (Teórica)
3º	25/07/2018	Receitas: iogurte, bolo mole, cupcakes, naked the cake. (Prática)
4º	26/07/2018	Receitas: Bolos de cenoura, macaxeira, milho e calda de chocolate (Prática)
5º	27/07/2018	Receitas: Torta de limão, bolo invertido de abacaxi, pé de moleque, trufa e alfajor. (Prática)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante as aulas teóricas as assentadas puderam ter noções de cooperativismo, sustentabilidade financeira e de sanitização. Nas aulas práticas as mulheres aprenderam as receitas demandadas pelo PAA e PNAE (bolo de milho, mandioca e leite) e o iogurte, além de outras receitas como torta de limão, doces (trufas, geleias e alfajor) e bolos com técnicas de confeitaria.

Os resultados da realização desta oficina são mútuos, tanto para as mulheres assentadas quanto para os graduandos dos programas extensionistas da universidade, pois, por meio de relatos, a oficina foi um momento de grande aprendizado e as assentadas tiveram a oportunidade de aprender receitas padronizadas que se enquadram nas exigências de programas dos quais elas fornecem os produtos. Dessa maneira, os alimentos fornecidos seriam aceitos em todas as chamadas do PAA e PNAE, além de técnicas e receitas de bolos confeitados, tornando-as aptas a fornecerem bolos para festas e eventos da região. A oficina teve como meta a organização das mesmas numa cooperativa feminina voltada para confeitaria, de modo a gerar renda e protagonizar a economia dentro do assentamento e do município no qual estão inseridas.

Para os discentes que facilitaram a oficina também ocorreu uma grande carga de aprendizado. Os membros do Projeto de Extensão Gastronomia Social atuavam apenas nas áreas urbanas, e a partir da socialização viram um outro público com grande potencial, ampliando seu campo de atuação para áreas rurais também. Sem falar sobre o crescimento pessoal relatado pelos membros do projeto e da aprendizagem com a vivência das assentadas ao poderem exercer na íntegra a extensão universitária que muitas vezes não ocorre dentro da academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão e a busca da equidade de gênero no campo são pautas muito importantes e devem ser amplamente debatidas na sociedade, pois dessa forma as mulheres terão cada vez mais conquistas, como muitas das que já conhecemos. Porém são notórios a inviabilização e o pensamento reducionista quando se refere ao trabalho feminino no campo. É dessa maneira que as camponesas, por meio da organicidade e cooperativismo, buscam combater o pensamento patriarcal que lhes colocava como agentes secundários de auxílio aos maridos.

A partir de iniciativas há oportunização das mulheres, permitindo que elas possam se capacitar e confeccionar produtos no ramo específico da confeitaria. Logo, a oficina foi benéfica para as assentadas pelas oportunidades que surgiram posteriormente a sua realização, servindo como exemplo para outros



projetos e programas que possam vir a capacitá-las a partir de suas demandas e de sua realidade. Assim, garantindo que essas mulheres possam ter uma autonomia financeira e que possam movimentar a economia da região na qual estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, M.J. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Rio de Janeiro, 1994.
- COSTA, M.M.M; NUNES, J.B.A. **Políticas públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania**. SC. 2014.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: SABBATO, A.D et al. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. (MDA) Brasília. 2009.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 2000.
- MEDEIROS, L.S. **Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa**. In: **Mulheres na Reforma Agrária a Experiência recente no Brasil**. LOPES, A.L; BUTTO, A. (Orgs). Brasília: MDA, 2008.
- SILVA, E.A. Mulher do Campo: Educação e Relações de Gênero. In: 17^º COLE – Congresso de Leitura Brasileira, 2009, Campinas/SP. Congresso de Leitura do Brasil – **Anais...** 17^º COLO, 2009.
- SILVA, M.A.D. **“SEM LEI, NEM REI”**: **Goiás (1822-1850)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.